



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA FRANCISCO
AOS DIRIGENTES DE EMPRESAS PETROLÍFERAS
PARTICIPANTES NO DIÁLOGO
SOBRE O TEMA: A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA
E A TUTELA DA CASA COMUM**

Casina Pio IV

Sexta-feira, 14 de junho de 2019 [\[Multimídia\]](#)

Eminência

Distintos Dirigentes Investidores e Peritos

Senhoras e Senhores!

Dou calorosas boas-vindas a todos vós, por ocasião deste Diálogo sobre o tema *A transição energética e a tutela da casa comum*. A vossa reunião em Roma, depois do [encontro do ano passado](#), é um sinal positivo do vosso engajamento constante a trabalhar juntos em espírito de solidariedade, com o objetivo de promover passos concretos para a salvaguarda do nosso planeta. Estou-vos grato por isto.

Este segundo Diálogo tem lugar num momento crítico. A atual crise ecológica, especialmente a mudança climática, ameaça o próprio futuro da família humana, e isto não é um exagero. Por demasiado tempo ignoramos coletivamente os frutos das análises científicas, e «as previsões catastróficas já não se podem olhar com desprezo e ironia» (Encíclica [Laudato si'](#), 161). Portanto, qualquer debate acerca da mudança climática e da transição energética deve assumir os melhores frutos da pesquisa científica atualmente disponível e deixar-se tocar por ela em profundidade (cf. *ibid.*, n. 15).

Neste último ano, um desenvolvimento significativo foi a publicação do *Relatório especial sobre o impacto do aquecimento global de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais*, por parte do Grupo Intergovernamental sobre a Mudança Climática. Aquele Relatório alerta claramente para o facto de que os efeitos sobre o clima serão catastróficos, se superarmos o limiar de 1,5°C, delineado no

objetivo do Acordo de Paris. Além disso, o Relatório adverte que só falta pouco mais que uma década para alcançar esta barreira do aquecimento global. Perante uma emergência climática, devemos tomar medidas oportunas para evitar cometer uma grave injustiça contra os pobres e as gerações vindouras. Devemos agir responsabilmente, considerando bem o impacto das nossas ações a curto e a longo prazo.

Com efeito, são os pobres que sofrem o pior impacto da crise climática. Como demonstra a situação atual, os pobres são os mais vulneráveis aos furacões, à seca, às inundações e a outros eventos climáticos extremos. Portanto, certamente é preciso ter coragem para responder «ao clamor cada vez mais angustiado da terra e dos seus pobres» (*Discurso aos participantes na Conferência internacional por ocasião do terceiro aniversário da Laudato si'*, 6 de julho de 2018). Ao mesmo tempo, as gerações futuras estão prestes a herdar um mundo deveras deteriorado. Os nossos filhos e netos não deveriam ter que pagar o preço da irresponsabilidade da nossa geração! Perdoai-me, mas gostaria de realçar isto: eles, os nossos filhos, os nossos netos não deverão pagar, não é justo que eles paguem o custo da nossa irresponsabilidade. Com efeito, como está a tornar-se cada vez mais evidente, os jovens exigem uma mudança (cf. *Laudato si'*, n. 13). “O futuro é nosso”, clamam os jovens de hoje, e têm razão!

O vosso encontro está focado em três pontos interligados: primeiro, uma transição correta; segundo, o preço do carvão; e terceiro, transparência na descrição dos riscos climáticos. Trata-se de três problemas enormemente complexos, e agradeço-vos por os terdes proposto ao debate e ao vosso nível, que é um nível sério, científico.

Como sabeis, uma transição correta é mencionada no Preâmbulo do Acordo de Paris. Tal transição exige uma gestão do impacto social e ocupacional da passagem para uma sociedade com baixo consumo de carvão. Se for bem gerida, esta transição pode gerar novas oportunidades de emprego, reduzir a desigualdade e aumentar a qualidade de vida para aqueles que são atingidos pela mudança climática.

Em segundo lugar, uma política do preço do carvão é essencial, se a humanidade quiser utilizar sabiamente os recursos da criação. A falta de gestão das emissões de carbono produziu um dívida enorme, que agora deverá ser paga com juros por aqueles que vierem depois de nós. A nossa utilização dos recursos ambientais comuns somente poderá ser considerada ética, quando os custos sociais e económicos do seu uso forem reconhecidos de maneira transparente e plenamente sustentados por quantos usufruem deles, e não por outras populações nem pelas gerações vindouras (cf. *ibid.*, n. 195).

O terceiro tema, a transparência na descrição dos riscos climáticos, é essencial porque os recursos económicos devem ser explorados onde podem trazer o maior benefício. Uma comunicação aberta, transparente, cientificamente fundada e regulada é do interesse de todos, tornando possível a transferência de capitais financeiros para aquelas áreas que oferecem «à

inteligência humana possibilidades muito amplas de criar e inovar, ao mesmo tempo que protege o meio ambiente e cria mais oportunidades de trabalho» (*ibid.*, n. 192).

Caros amigos, o tempo urge! As reflexões devem ir além das meras explorações do que *pode* ser feito, e concentrar-se no que *é necessário* fazer, de agora em diante. Não podemos dar-nos ao luxo de esperar que outros deem um passo em frente, nem de dar a prioridade a vantagens económicas a curto prazo. A crise climática exige de nós uma ação determinada, aqui e agora (cf. *ibid.*, n. 161), e a Igreja está plenamente comprometida a desempenhar a sua parte.

No nosso encontro que teve lugar no ano passado manifestei a preocupação de que «a civilização requer energia, mas o uso da energia não deve destruir a civilização!» (*Discurso aos participantes no encontro para dirigentes das principais empresas do setor petrolífero, de gás natural e de outras atividades empresariais ligadas à energia*, 9 de junho de 2018). Atualmente é necessária uma transição energética radical para salvar a nossa casa comum. Ainda há esperança, e resta o tempo para evitar os piores impactos da mudança climático, contanto que haja uma ação imediata e resoluta, pois sabemos que «os seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se» (*Laudato si'*, 205).

Agradeço-vos mais uma vez por terdes respondido generosamente ao convite do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral. Asseguro-vos as minhas orações pelas vossas decisões; invoco de coração as Bênçãos de Deus sobre vós e as vossas famílias.

Obrigado!